



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

Entrevista aos Jornalistas  
Marcos Sá Corrêa e Etevaldo Dias,  
do *Jornal do Brasil*,  
em 3 de Fevereiro de 1991

*Jornalista: O novo plano significa que o primeiro tinha se esgotado?*

*Presidente:* De maneira nenhuma. Não se trata de um novo plano, mas de medidas necessárias ao aprofundamento do programa original, medidas que, inclusive, já estavam aprovadas e cuja adoção só se postergou devido às dificuldades que começamos a enfrentar a partir de agosto, com a incerteza gerada pela crise do Golfo, pela safra agrícola e pela atuação dos governos estaduais nas eleições. Mas eu tinha mais munição contra a inflação, só que ninguém sabia. A gente não pode mostrar todas as armas de que dispõe. Quem diria, antes da crise do Golfo, que havia esse *Patriot*, a tal arma que é usada para neutralizar ataques de adversários que apelam inclusive para armas não convencionais? Nosso *Patriot* contra aqueles que tentam desestabilizar a equipe econômica e o Governo foi lançado e atingiu o *Scud* da intolerância.

*Jornalista: O senhor não acha que o País está descrente diante de tantos pacotes?*

*Presidente:* Discordo. Na posse de meu governo adotamos medidas essenciais para evitar a hiperinflação e estabilizar a economia. As medidas adotadas a partir daí foram relativas às reformas estruturais que são compromisso de campanha: reforma administrativa, reforma patrimonial, política industrial e abertura da economia.

---

## Congelamento

---

*Jornalista:* Por que o senhor adotou o congelamento, contra todos os princípios da livre economia?

*Presidente:* O controle de preços é um instrumento quase cirúrgico, para ser usado quando não há outra solução indolor. Só conquistaremos uma economia de mercado quando o resultado das reformas estruturais se fizer sentir na redução de custos, no avanço tecnológico, no aumento da competição, na maior integração do Brasil com a economia mundial. Países desenvolvidos, como os EUA e a França, adotaram congelamento de preços quando houve o choque do óleo em 1973. O Brasil ainda tem fragilidades estruturais que estão sendo superadas.

*Jornalista:* O senhor não acha que o congelamento está desmoralizado?

*Presidente:* O instrumento adotado é, sem dúvida, precário se adotado isoladamente, como um fim em si mesmo. A intervenção nos preços e rendimentos se entende e se explica apenas no contexto das outras medidas estruturais que, curiosamente, não encontram tanto destaque na imprensa.

*Jornalista:* O que o Governo fará para evitar o ágio, como ocorreu no Plano Cruzado? O Governo não corre o risco de ter que mandar a polícia pegar boi no pasto?

*Presidente:* A situação do abastecimento hoje é bem melhor e as políticas monetária e fiscal compatíveis com os objetivos de estabilização. O que nos dá um quadro bem distinto do de 1986. Em reforço, o nível positivo das taxas de juros também inibe a especulação e ajuda a atravessarmos esse período de trégua.

*Jornalista:* Esta foi a sua última bala mesmo?

*Presidente:* O combate à inflação, assim como toda a luta contra a miséria, exige o esforço de toda a Nação. Infelizmente, não houve uma postura cooperativa por parte de alguns segmentos da sociedade, o que, dada a conjuntura econômica interna e externa, termina por prejudicar os esforços do Governo e de parte substancial da população. Assim, não se trata de ter balas e sim de ter determinação, que é sem limites.

*Jornalista:* Foram as críticas que o levaram a reagir?

*Presidente:* Crítica é coisa que eu já nem ouço. Mas estou disposto a ouvir quem me venha com um projeto alternativo. Tragam um projeto, em vez de ficarem só com essa conversa de está errado isso, está errado aquilo. Está bem. Então, qual é a alternativa? Eu falei disso com o professor Hélio Jaguaribe e ele entendeu muito bem. Até me mostrou uns dados, um esboço de projeto que havia feito para o Covas (senador Mário Covas, do PSDB, que em 1989 disputou o primeiro turno da eleição presidencial).

*Jornalista:* E então?

*Presidente:* Era ultrapassado, porque foi feito em outras circunstâncias, num momento de campanha. Mas ele foi o único que falou: «Bom, eu vou ver aí, vou apresentar linhas gerais e tal». Mas, na realidade, não nos foi apresentada nenhuma alternativa, aquele tipo de coisa que faça a gente botar olho e pensar «como é que não pensei nisso antes?». A única alternativa apresentada foi a indexação.

*Jornalista: Esse argumento da indexação, é um convite para valer ou um desafio retórico? O senhor acredita que haja alternativa?*

*Presidente:* Para nós, o nosso programa é muito bom. Ele é bem concebido, tem objetivos claros. Mas, quando o pessoal começa a criticar, eu não posso, em nenhum instante, colocar em dúvida essa minha apreciação a respeito do Programa de Estabilização Econômica porque, simplesmente, não se apresenta nenhuma alternativa concreta. Não sendo isso, o que seria? Então, o que se ouve é coisa do gênero «os juros estão muito altos, tem que baixar os juros». Acontece que você não pode pegar, em política econômica, um fator qualquer e alterá-lo, sem que haja repercussão nos outros. Se você mexe no câmbio, automaticamente está mexendo no nível de exportação, está mexendo com o mercado interno, está mexendo no fundo com taxa de juros. É uma coisa muito encadeada.

---

### Entendimento Nacional

---

*Jornalista: Foi o caso da tentativa de acerto com empresários e trabalhadores?*

*Presidente:* Foi. O Documento pelo Esforço da Estabilização Econômica, apresentado pelos empresários e trabalhadores, era do gênero «tem que baixar juros». E teve quem assinasse e depois ligasse para mim, dizendo: «Presidente, eu assinei, mas sei que esse documento é uma loucura, não quis ficar isolado etc.»

*Jornalista: Era um pacto social pela inflação?*

*Presidente:* Mas claro. Aquele documento não tinha pé nem cabeça. Indexava, baixava taxas de juros, até pagamentos de empreiteiras ele pedia. Então, é isso aí: enquanto eles ficarem em discussões periféricas ao cerne do programa, nós, talvez à falta de uma luz que nos inspire uma modificação, vamos continuar

nesta base. Aprofundar as reformas, trabalhar para apresentar um superávit em 1991, promover a reforma do Estado, combater os oligopólios.

*Jornalista: O País não está cansado de planos? Quando, em meados do mês, o Governo anunciou o Plano de Economia de Combustível, a reação popular saiu pela culatra.*

*Presidente:* Ai, a questão é a seguinte: nós não poderíamos deixar de tomar essa atitude. As análises que foram feitas — «o Governo se precipitou, o Governo não poderia tomar essas medidas» — partiam, nos dias seguintes, do princípio de que a guerra fosse uma coisa fácil. As informações de que nós dispúnhamos é que, eclodindo a guerra, seria por tempo muito longo. Há dois problemas na questão do Golfo. Um é o preço, que caiu, graças a Deus. Outro, o abastecimento. Mas, se nossos comandantes, nossos navios da PETROBRÁS, brasileiros, que sabem do interesse nacional de se manter um abastecimento compatível, botam na cabeça: «Não, não vou entrar na área do conflito», imagine-se os outros armadores. O petróleo pode estar até custando menos, mas tem que ir lá buscá-lo. E buscar é complicado. Está aí o exemplo de nossa própria tripulação.

*Jornalista: Mesmo garantindo o abastecimento, aquelas medidas não acabaram provocando a curto prazo uma inflação, a pretexto da guerra?*

*Presidente:* Se ontem, ou anteontem, tivesse chegado ao Brasil um navio com petróleo, não teríamos onde colocar. Nunca o Brasil esteve tão bem estocado de óleo, de gás, essa coisa toda. Portanto, a aceleração que houve é uma aceleração medida. Nós previmos isso, mas não poderíamos deixar de tomar as medidas de racionalização — fechar postos, reduzir a quantidade de combustível e de gás entregues ao consumo — porque é a única maneira que a sociedade tem para entender que há uma situação potencialmente complicada. Houve toda aquela correria do gás. Depois, as pessoas viram que não era o caso; o gás estava sendo entregue e voltamos à normalidade. Houve uma

redução de consumo, sim, nesses dias, e nós esperamos que possa aumentar daqui para a frente. Já houve uma redução de 10%.

*Jornalista: E o efeito nos preços?*

*Presidente:* Tudo no Brasil gera expectativa de inflação. Eu não me esqueço de quando o Motta Veiga (Luiz Octavio da Motta Veiga, ex-presidente da PETROBRÁS) deu uma declaração, dizendo: «Os preços têm que ser reajustados, há uma defasagem de 30% no preço dos combustíveis». O presidente do Sindicato dos Bares e Similares de São Paulo viu a notícia e expediu uma circular para todos os filiados do sindicato, anunciando que a partir daquele momento o cafezinho passaria de 10 para 15 cruzeiros. Nós o chamamos à Secretaria de Defesa da Economia e lhe perguntamos: «Amigo, vem cá, por que você aumentou? Não subiu a tarifa de água, nem o preço do açúcar, nem o pó do café, nem a energia elétrica. Como é que você botou 50% a mais no cafezinho?» E ele: «Ah, eu vi aquela declaração, apliquei os 13%. O preço ficou em Cr\$ 13,00, ia dar problema de troco. Arredondei para 15». Isso está na cultura.

---

### Relação Empresários/Governo

---

*Jornalista: O Governo previu errado a reação dos empresários?*

*Presidente:* É uma eterna escola, essa de lidar com empresários — certos empresários, não podemos generalizar. Mas é muito interessante. E os telefonemas, as declarações que dão, os documentos que assinam e depois ligam para cá: «Olha, não é bem assim, eu queria que o senhor entendesse».

*Jornalista: Isso é um caso real ou uma metáfora?*

*Presidente:* Acontece normalmente. Não é só em política que as pessoas ligam e se desmentem. Eu sei que eles fazem isso com a confiança de que eu guarde o segredo. Mas não deixo de me

referir ao episódio como um sinal de que as coisas nem sempre acontecem como nós, simples mortais, acreditamos.

*Jornalista: E o senhor ouviu calado?*

*Presidente:* Eu pergunto, é claro que pergunto. Eles têm diversas razões, porque há disputas muito sérias entre eles. São muito interessantes esses empresários. Disputam tudo. Disputam primeiro estar de bem com o Governo e com o Presidente, ou seja — a questão dos favores. Ou falam alguma coisa favorável e ligam para dizer: «Olha, hoje dei uma declaração, saiu no jornal tal». Depois dão uma declaração contra e ligam também: «Tive que fazer, sabe como é, fui muito pressionado pelas bases». É a mesma coisa, a política partidária e a política empresarial. São iguaizinhas.

*Jornalista: O senhor não pode fazer nada para se livrar disso?*

*Presidente:* A situação já mudou muito. Eles estavam acostumados ao paternalismo do Estado, ao assistencialismo, à extrema sensibilidade do Presidente a qualquer pisada mal dada por um desses que se consideram os condestáveis do empresariado brasileiro. Estão aprendendo que, com este governo, o contato não é como eles estavam acostumados. Não mais desembarcam aqui em Brasília para tentar mudar planos e ministros. Isso não adianta mais. Quanto mais fazem campanha contra ministros, «fulano de tal vai cair», mais eu começo a prestigiar o ministro.

*Jornalista: Aí adia?*

*Presidente:* Aí adia, é? (Longa gargalhada.) Está ótimo!

---

### Eleições em Alagoas

---

*Jornalista: Apesar da vitória de seu candidato, não foi um mau negócio o senhor se envolver tanto na eleição do governo de Alagoas?*



*Presidente:* Não, não. Diretamente eu não participei. Fui lá e a única coisa que eu disse foi uma frase: «Estão vendo que estou vindo muitas vezes a Alagoas. Eu quero dizer a vocês que virei 20 vezes 20. Porque 20 era o número do Geraldo Bulhões». Depois me reuni com os prefeitos e disse: «Olha, minha gente, é justo que Alagoas sofra o que está sofrendo? Alagoas sai com uma proposta de renovação, emplaca uma candidatura a Presidente da República, Alagoas tem um Presidente da República e exatamente neste momento acontece isso? Fraude, não sei o que mais, é urna que está errada, urna não sei de quê. Todo dia isso. Alagoas merece?»

*Jornalista:* Mas não foi o excesso de empenho federal que provocou isso?

*Presidente:* O único preso até hoje, em flagrante, é um líder local, que estava fraudando a favor do Renan Calheiros. Mas o importante é que, para se ter uma idéia, a maior vitória em eleições para o governo de Alagoas tinha sido a minha, em 1986, quando ganhei por 70 mil votos. O Geraldo Bulhões ganhou agora por 205 mil votos. Achar que se faz isso com fraude é uma loucura.

*Jornalista:* O senhor gosta de campanha, não é?

*Presidente:* Gosto. Gosto de povo.

*Jornalista:* Diz-se que o senhor mantém no Governo um estilo de campanha, que não gosta muito da rotina de administrar.

*Presidente:* Gosto das duas coisas. Sou um Presidente daqueles que administram 24 horas por dia. Gosto. Adoro. Minha mesa, por exemplo, a organização dela é assim. (Aponta um a um os objetos.) O que tenho de fazer hoje está aqui. A agenda está aqui. A caneta. Tenho tudo organizado. Esse livro está aqui porque de vez em quando passo a vista nele (*A nova riqueza das nações*, de Guy Sorman). Gosto muito disso. É o que me dá energia.

## Reforma Constitucional

*Jornalista: Por que o senhor, de repente, passou a dizer que a Constituição atrapalha? No começo não atrapalhou.*

*Presidente:* Eu disse, logo no princípio, que nós havíamos feito no Brasil a maior reforma econômica, uma das maiores do mundo, com essa Constituição que aí está, ou apesar dessa Constituição.

*Jornalista: Abrindo o debate da reforma constitucional, o senhor não corre o risco de apressar a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo?*

*Presidente:* Não fui eu que abri. Em primeiro lugar, a própria Constituição é que abriu. Nas Disposições Transitórias estão o plebiscito e a revisão. Depois, eminentes líderes do Congresso, pessoas conceituadas fora do Legislativo, já afirmaram a necessidade de se rever a Constituição. O que estou fazendo é secundar essas pessoas na preocupação de que isso não seja feito em 1993, em véspera de campanha presidencial, quando ninguém terá a isenção necessária. A data ideal não é 1993. Agora, se o melhor é 1991 ou 1992, é assunto para se discutir.

*Jornalista: O ex-presidente José Sarney tratou a derrota do parlamentarismo como uma questão pessoal. E o senhor?*

*Presidente:* Algumas pessoas vieram com essa: «Então, vamos rever também o sistema de governo». Mas é claro. Eu não entendo, há gente tão miúda, mas tão miúda, que pensa que só por isso eu tenho que pensar miúdo também. É claro que não se pode fazer uma revisão da Constituição sem saber primeiro que sistema o País vai ter, se é presidencialista, se é parlamentarista.

*Jornalista: Se der parlamentarismo o senhor se consideraria...*

*Presidente:* Vitorioso. Mas que se faça o plebiscito, para escolher o sistema de governo. Como é que se vai discutir mudança numa Constituição, sem saber se é para funcionar num sistema presidencialista ou parlamentarista? Pode fazer, que façam à vontade, para mim não tem problema nenhum. Mas também acho que, se é para vir o parlamentarismo, é preciso recuperar antes o prestígio do Congresso. Minha intenção é trabalhar pelo parlamentarismo, reforçando a imagem positiva do Congresso. Porque esses que são candidatos a presidente, portanto, presidencialistas, vão fazer campanha contra, do tipo: «Você sabe o que é parlamentarismo? É o governo dos deputados, os deputados é que vão governar». E se a Câmara estiver nesse desprestígio, não vamos chegar lá não.

---

### O Novo Congresso

---

*Jornalista:* O senhor está falando do Congresso novo ou do que saiu?

*Presidente:* O Congresso que agora está aí vem renovado em 60%, o que é bom, mas é também um Congresso que precisa fazer uma profunda reflexão sobre o resultado das urnas. Um total de sessenta e poucos por cento de votos nulos e brancos é uma coisa muito pesada. Se somarmos os votos de todos os parlamentares, se somarmos os votos de todo o Congresso, dá menos dos que os votos que eu tive para Presidente.

*Jornalista:* O senhor fez essa conta?

*Presidente:* Não cheguei a fazer, fizeram para mim. Esse é um negócio muito sério, eles têm que fazer uma reflexão séria sobre isso. Nas pesquisas de opinião, os políticos e os partidos costumam ocupar os últimos lugares em credibilidade. E o Presidente da República está em terceiro, depois da Igreja e do rádio. Existe uma enorme distância, na percepção popular, entre a política que se faz na Presidência e a política que se faz no Congresso.

*Jornalista: Para melhorar sua popularidade, o Congresso não teria que cuidar menos de coisas vagas e tratar mais de problemas concretos?*

*Presidente: Exatamente.*

*Jornalista: O senhor estaria disposto a ceder espaço na administração a um Congresso mais ativo?*

*Presidente: Não é ceder terreno. Não é questão nem de eles cederem terreno, nem de eu ceder, mas de convivermos dentro de princípios democráticos.*

*Entrevista concedida aos  
jornalistas Marcos Sá Corrêa e Etevaldo Dias,  
do Jornal do Brasil, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
no Palácio do Planalto, publicada  
no dia 3 de fevereiro de 1991.*